

RESENHA CRÍTICA DA DISSERTAÇÃO DE LAURO BALDINI:
A NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA
INTERPRETADA, DEFINIDA, COMENTADA E EXEMPLIFICADA

Rossaly Beatriz Chioquetta Lorenset

RESUMO

Esta atividade de socialização de resenha crítica objetiva disseminar e dar visibilidade ao conhecimento construído a partir de reflexões da sala de aula, transpondo as paredes físicas da Universidade, estando ao alcance da comunidade acadêmico-científica.

Lauro José Siqueira Baldini defendeu a dissertação de mestrado em Linguística – objeto de nosso estudo e desta resenha - intitulada A nomenclatura gramatical brasileira interpretada, definida, comentada e exemplificada, pela UNICAMP, em 1999 - 112 páginas -, tendo como orientadora Eni Puccinelli Orlandi. Possui graduação em Letras pelo UNIFEG (1995) e doutorado em Linguística pela UNICAMP (2005). Atualmente é professor-doutor do Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da UNICAMP. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Análise de Discurso, trabalhando na articulação entre esta disciplina e os campos do materialismo histórico e da psicanálise, atuando

principalmente nos seguintes temas: História das Idéias Linguísticas e Discurso e Psicanálise.

Baldini, já inicialmente, em um texto sucinto e de fácil leitura e compreensão, apresenta o “magro livreto de 29 páginas, repleto de nomes” (pág. 10): a Nomenclatura Gramatical Brasileira - NGB, que, por ter sido publicada pelo Ministério da Educação em 1959, havia sido comentada e “endeusada” em seu meio escolar e “entendia muito bem sua força invisível” (pág. 9), tanto que Baldini aponta a decepção ao encontrar tão somente a árvore taxonômica da Gramática e “nenhuma folha escrita a ouro” (pág. 10) neste que ele supunha um “tesouro guardado (...) do qual poderia perscrutar os mais diversos mistérios”.

Na primeira parte da dissertação o autor explicita a teoria a qual se filia: Análise do Discurso de linha francesa, em um referencial teórico que apresenta e relaciona conceitos fundamentais da AD. Faz a abordagem de que Pêcheux pensou a teoria da AD e para suscitar reflexão acerca da atividade do professor de português na sala de aula e a relação com as folhas classificatórias da NGB, traz Foucault (pág.11), filósofo, que não era analista de discurso, contudo, diálogos com Foucault são sempre interessantes, contribuem e alicerçam vários conceitos, nesta dissertação de Baldini o conceito de história, pois seu trabalho apresenta a relação com a história:

“(...) desde que existe uma disciplina como a história temo-nos servido de documentos (...) grande inquietude crítica(...): reconstituir, a partir do que dizem estes documentos – às vezes com meias palavras -, o passado de onde emanam e que se dilui, agora, bem distante deles; o documento era sempre tratado como a linguagem de uma voz agora reduzida ao silêncio: seu rastro frágil, mas, por sorte, decifrável.”

Neste referencial teórico, Baldini vai trabalhar com conceitos de Língua e de História, tão importantes e preciosos para AD, a questão do sujeito, a interpretação e o silêncio e a função-autor. Ancora seu suporte teórico também em Régine Robin, citada por Pêcheux (pág. 12): “Os textos de arquivo são fontes que permitem, por uma organização apropriada, o

conhecimento do referente, das estruturas sociais. (...) Sua decodificação repousa sobre o postulado da evidência, da transparência do sentido. O sentido já está lá.” Assim, ainda na página 12, o autor vai trabalhar a relação entre a linguagem e o mundo: “o caminho havia de ser o da significação. Indagar o significado daquilo tudo era a maneira de trabalhar aqueles textos sem esquecer a questão da linguagem.” Aborda a relação entre a língua e o exterior que a constitui, que está imbricado nela. Nesta relação/processo linguagem e ser mundo, Baldini se ancora em, entre outros, Milner, Haroche, Pêcheux, Orlandi. Na menção que faz à autora brasileira Orlandi, aponta na página 14: “O processo ente a linguagem e seu exterior é sempre mediado: não só existe relação termo-a-termo ente a linguagem e o mundo como também não existe relação termo-a-termo entre os textos que são materiais de análise e os resultados dela.”

Ainda neste percurso do suporte teórico, postula que a AD se compõe no solo comum da defesa de uma teoria não-subjetivista e materialista, sobre a linguagem e o mundo. Afirma que os conceitos de língua e história confluem no objeto de análise que é o discurso, que não é conteúdo, é sempre uma relação, se produz nas relações dos sujeitos, dos sentidos, porque sujeito e sentido se constituem mutuamente, conforme Orlandi, na obra *As formas do silêncio*. Neste norte, o objetivo do analista do discurso, segundo Baldini, na página 16, é compreender de que maneira o significado se dá, compreender o funcionamento das relações que estabelecem os sentidos e que lhes dá a aparência de unívocos, adequados ao real de que tratam.

Na página 17, cita Paul Henry: “Não há fato ou evento histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências. É nisso que consiste para nós a história, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso.” E Baldini corrobora, na página 18, apontando a tarefa para AD: “reconhecer a ordem da história e trabalhá-la na conjunção com a própria língua, pois o discurso é o lugar em que se dá a confluência entre essas ordens de real, o espaço em que jogam a estrutura (a língua) e o acontecimento (a história). (...)Esse processo se inscreve numa relação que é

desde sempre ideológica e não individual." Neste sentido, vem o "mantra": nos estudos da linguagem, há de se considerar a exterioridade como constitutiva sem se olvidar da ilusão da transparência da linguagem. A AD se pauta no que está posto na materialidade da língua, olhando para as questões da exterioridade.

Baldini aborda a questão do silêncio na página 27, consoante Orlandi: "silêncio que atravessa as palavras, que existe entre elas, ou que indica que o sentido sempre pode ser outro, que aquilo que é mais importante nunca se diz, que o silêncio é fundante." Tece Baldini, também, a função-autor que é o fio condutor de sua dissertação, contemplando reflexões de Foucault acerca do processo discursivo: "A palavra obra e a unidade que ela designa são provavelmente tão problemáticos quanto a individualidade do autor." Em AD, considera-se a função-autor sempre que o sujeito se coloca na origem de seu dizer, que é uma ilusão. Baldini traz este conceito de autoria para tratar as análises que fará da NGB.

Na segunda parte da dissertação, o autor apresenta o trabalho de análise que empreendeu sobre a NGB, utilizando como suporte teórico as noções de língua e história, sujeito, silêncio e função-autor, apresentadas na primeira parte. Do ponto de vista do autor, a NGB é excelente para a gramatização e aborda a questão de autoria. Apresenta a NGB como documento normativo, regulador, embora desconhecido de muitos. Aponta reflexões acerca de qual é e como funciona o Estado na constituição identitária de uma nação, pelo viés da língua. O não falar em NGB é apagamento das questões que envolvem a gramática da língua portuguesa: constatou-se que não se ouvia falar em NGB nem na formação do Curso de Letras... O autor Baldini reitera que a NGB se constituiu em acontecimento, porque marcou, por sua publicação, que todos os manuais e gramáticas tivessem de se adequar/adaptar à NGB patrocinada oficialmente pelo Estado. A partir de então, 1959, é o norte único para as gramáticas. O que havia antes? O Estado interferiu na produção das gramáticas. Sob o ponto de vista discursivo, foi publicada em um período de efervescência, de consolidação, de constituição dos estudos da linguagem –

em 1962 houve a obrigatoriedade do ensino de linguística no solo brasileiro -, marca a discordância e o entrave entre a gramática e a linguística.

Assim, o corpus da pesquisa de Baldini foi a NGB com a análise dos movimentos de autoria, o anteprojeto que define que não haveria definições, somente citação da classe gramatical que define a espinha dorsal, sem filiação a qualquer teoria, a qualquer posição doutrinária – exemplo de adjetivo -, em que diferenças gritantes são percebidas entre o anteprojeto inicial e o anteprojeto final. Após a NGB com seu caráter normativo – a gramática histórica fica no apêndice da NGB -, “está modificado o papel do autor: não é mais aquele que faz a gramática, isto é, a autoridade responsável por um saber sobre a língua, mas aquele que interpreta, define, comenta e exemplifica um saber oficialmente constituído.” (pág. 46).

A partir do momento da publicação da NGB, o gramático não é mais a autoridade do saber sobre a língua, mas um comentador desse saber. Foi este o deslocamento proporcionado pela NGB: marca a cisão do gramático que dita norma já legislada e do lingüista que descreve. Portanto, após a NGB, toda gramática deve citar e cita a NGB: tem como corpo de seu texto a NGB. O gramático não possui mais espaço para autoria, só nos conceitos... Houve o apagamento do enunciador e o esquecimento é estruturante para a AD. Baldini aponta na página 49: “O silêncio que a NGB impõe é o silêncio da historiada gramatização brasileira. Despida de autores, a gramática passa a falar por si mesma,. Aí reside o papel da Ideologia.”

Baldini salienta em Estado e Política Linguística, que quem determina/impõe os programas é o Estado, sem possibilidade de escolha: há os instrumentos avaliação que determinam o quê vai ser ensinado na escola, é o investimento estatal na gramatização. Ressalta Baldini que a NGB silencia a Linguística e tudo que daí deriva. Baldini analisa gramáticos, léxicos, dicionários anteriores à NGB como Cândido Jucá, Mattoso Câmara Jr., Antenor Nascentes, Fermino Costa, Jose Alexandre de Passos, Felisberto de Carvalho, João Ribeiro – Ribeiro é o primeiro a apontar o verbete linguística em seu dicionário em 1889. Após, Baldini vai contemplar o pós NGB, que

julga como uniforme só no sentido de ser sustentada pelo Estado e que normatiza a partir do Estado e não da ciência. A NGB impõe uma transformação no discurso gramatical: “o gramático passa a ser aquele que comenta a nomenclatura: as gramáticas, então, exemplificam, definem, interpretam e explicam a NGB.” (pág. 82).

O autor Baldini, na página 87, sugere que se estabeleça um campo de diálogo entre lingüistas e gramáticos, em que sejam reconhecidas a diferença e a unidade entre ambos. Sustenta, ainda, que para as gramáticas o que interessa não é a língua em si, mas a língua enquanto elemento de constituição de identidade nacional: urge a imperiosa necessidade de “aceitação de que há vários e diversos modos de abordar a linguagem, e todos eles implicam em considerações que fogem do campo estritamente lingüístico.” (Pág. 88).

Por fim, Baldini considera, na página 94: “ A NGB (...) apaga a história. Por isso, ela permanece até hoje a mesma, sem ter mudado de nome ou ter incluído novos conceitos. Ela procura resistir à história, pois o que há são nomes que definem coisas que nunca mudam.” Não entrega-se ao jogo da história, tenta resistir a ela; expõe-se à historicidade e tenta permanecer a mesma, contudo, o que é silenciado procura falar de novo e as gramáticas atuais apresentam pequenas mudanças, quadros laterais e notas de rodapé que abrem espaço para o sujeito se articular e constituir novas posições de autoria.

REFERÊNCIAS

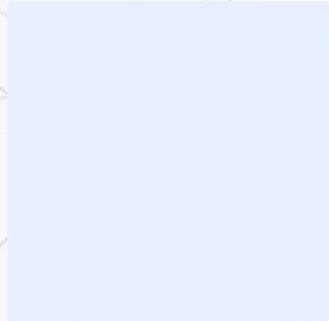
BALDINI, L. J. S. Nomenclatura Gramatical Brasileira: análise discursiva do controle da língua. Campinas: RG, 2009.

Currículo Lattes de Lauro José Siqueira Baldini. Disponível em : <http://lattes.cnpq.br/1833203918742605>. Acesso em: 21 Abr. 2020.

Imagens relacionadas
Lauro Baldini, autor da dissertação objeto desta resenha crítica.



Fonte: CV Lattes. Disponível em: <https://bv.fapesp.br/pt/pesquisador/42658/lauro-jose-siqueira-baldini/>. Acesso em: 21 Abr. 2020.



Fonte:



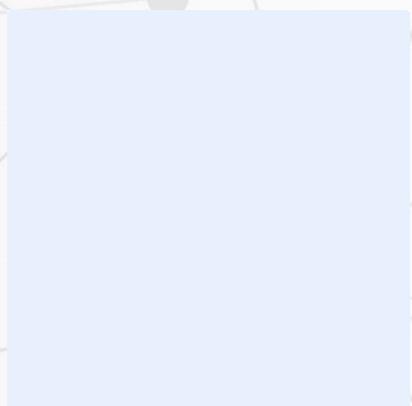
Fonte:



Fonte:



Fonte:



Fonte: